

Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

DOCUMENTO Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	CLASSIFICAÇÃO Uso Interno e Externo (Público)	VERSÃO 2.0	VIGÊNCIA A partir da aprovação
ÁREA RESPONSÁVEL Diretoria de Governança, Cultura e Eficiência / Encarregada de Dados (DPO)	PÚBLICO-ALVO Clientes, colaboradores, parceiros, prestadores de serviço e demais titulares de dados	REVISÃO Anual	PÁGINA

1. Objetivo

Esta Política estabelece as diretrizes aplicáveis ao tratamento de dados pessoais realizado pela Âpen Capital Consultoria de Investimentos LTDA. ("Apen"), inscrita no CNPJ nº 38.239.753/0001-27, disciplinando a coleta, o uso, o armazenamento, o compartilhamento e a proteção das informações tratadas pela empresa.

A Apen revisa regularmente esta Política, por meio da Diretoria de Governança, Cultura e Eficiência, para assegurar sua conformidade permanente com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com as normas regulatórias, mantendo seu compromisso com transparência, segurança e responsabilidade no tratamento das informações.

2. Abrangência

Esta Política aplica-se a usuários, clientes, parceiros, prestadores de serviço, colaboradores e demais titulares de dados pessoais que mantenham qualquer tipo de relacionamento com a Apen, abrangendo o acesso, a navegação e a utilização de seus ambientes digitais, sistemas internos e plataformas de atendimento.

3. Conceito de Dados Pessoais

Consideram-se dados pessoais todas as informações capazes de identificar uma pessoa física ou jurídica, de forma direta ou indireta, como nome, data de nascimento, número de documentos de identificação, dados de contato, endereço, dados de localização e informações financeiras, entre outras que, isoladamente ou em conjunto, permitam a identificação de um indivíduo.

4. Coleta de Dados Pessoais

A Apen coleta dados pessoais e financeiros de clientes, prospectos, parceiros e usuários de suas plataformas digitais de forma lícita, transparente e limitada às finalidades legítimas de sua atividade de consultoria de investimentos.

4.1 Dados coletados

- **Dados de identificação pessoal:** conforme descrito na Seção 3.
- **Dados financeiros e patrimoniais:** dados bancários, posições de investimento, perfil de risco, renda e patrimônio declarado.
- **Dados profissionais:** ocupação, vínculo empregatício e histórico de atuação.
- **Dados técnicos de acesso:** endereço IP, registros de acesso, cookies e logs de navegação.

4.2 Fontes de coleta

A coleta ocorre por meio de formulários eletrônicos, cadastros, contratos, sistemas de parceiros integrados e plataformas digitais utilizadas pela Apen. Todas as operações de tratamento são conduzidas assegurando que o uso das informações seja restrito ao escopo legítimo da relação com o titular e em conformidade com a legislação aplicável.

5. Compartilhamento de Dados Pessoais

5.1 Quem pode ter acesso

Podem ter acesso aos dados pessoais os parceiros estratégicos e prestadores de serviços que atuam de forma complementar à consultoria de investimentos, tais como instituições financeiras, seguradoras, plataformas de investimento e provedores de tecnologia, entre outros.

5.2 Condições do compartilhamento

- O compartilhamento ocorre exclusivamente com operadores contratualmente vinculados à Apen, por meio de acordos que estabelecem cláusulas de confidencialidade e segurança da informação;
- O uso dos dados por terceiros é restrito às finalidades expressamente autorizadas pelo cliente ou pela legislação aplicável, sendo vedada qualquer utilização diversa daquela que motivou o compartilhamento.

Em todos os casos, a Apen avalia criteriosamente seus fornecedores e formaliza obrigações contratuais de segurança da informação e proteção de dados pessoais, com o objetivo de minimizar riscos e garantir o cumprimento legislativo.

6. Segurança e Confidencialidade

A Apen reconhece a natureza sensível e confidencial dos dados pessoais tratados em suas atividades e compromete-se a mantê-los em sigilo, utilizando-os apenas para as finalidades previstas nesta Política ou quando houver obrigação legal ou contratual.

Todos os colaboradores e prestadores de serviço estão sujeitos a termos de confidencialidade e seguem o princípio do acesso mínimo necessário (need-to-know), de modo que apenas profissionais devidamente autorizados possam acessar os dados, sempre em conformidade com os princípios de proporcionalidade, necessidade e relevância.

A Apen adota medidas técnicas e administrativas para proteger os dados contra acesso não autorizado, perda, destruição ou qualquer forma de tratamento indevido, mantendo-os em ambiente seguro e controlado. Caso o titular identifique ou tome conhecimento de qualquer fator que possa comprometer a segurança de seus dados, poderá comunicar-se imediatamente com a Apen.

7. Direitos do Titular dos Dados

Os titulares de dados pessoais têm o direito de solicitar à Apen:

- A confirmação da existência de tratamento;
- O acesso aos seus dados;
- A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- A anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados;
- A portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto;

- A revogação do consentimento previamente concedido.

As solicitações devem ser enviadas para o e-mail privacidade@apencapital.com.br, informando nome completo, CPF e endereço de e-mail, dados necessários para identificação do titular e envio da resposta. As solicitações serão atendidas de forma segura e autenticada, garantindo a proteção das informações e o pleno exercício dos direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados.

Todas as solicitações são registradas pela Encarregada de Proteção de Dados, com a data de recebimento, o direito exercido, a resposta e a data da resposta.

8. Retenção dos Dados Pessoais

A Apen realiza uma análise técnica individualizada para determinar o período de retenção adequado a cada tipo de dado pessoal, considerando sua natureza, finalidade e necessidade de conservação, bem como eventuais obrigações legais ou regulatórias.

Em conformidade com as normas da CVM e da ANBIMA, os dados são mantidos por até 5 (cinco) anos após o término da relação contratual, salvo quando houver exigência legal que determine outro prazo. Após esse período, as informações são eliminadas de forma segura ou anonimizadas, assegurando que dados eventualmente retidos para cumprimento de obrigações legais permaneçam inativos e devidamente protegidos até sua exclusão definitiva.

9. Gestão de Incidentes de Segurança da Informação

A Apen mantém um Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (alinhado ao previsto em sua Política de Segurança da Informação) com procedimentos para identificação, contenção, investigação e mitigação de ocorrências que possam comprometer a confidencialidade ou a integridade dos dados pessoais, assegurando ação imediata e controlada e reduzindo impactos aos titulares.

Em conformidade com as diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), caso ocorra incidente que represente risco ou dano relevante aos titulares, a Apen notificará a ANPD e os titulares afetados, informando a natureza dos dados envolvidos, as medidas adotadas e as ações de mitigação implementadas.

10. Encarregada de Proteção de Dados (DPO)

A Apen designa Priscilla Ávila Anjos de Moraes como Encarregada de Proteção de Dados (Data Protection Officer, DPO), responsável por atuar como canal de comunicação entre a empresa, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para exercer seus direitos ou esclarecer dúvidas relacionadas ao tratamento de dados pessoais, o titular pode entrar em contato pelo e-mail privacidade@apencapital.com.br.

11. Governança, Revisão e Vigência

Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação pelo Board e permanece válida até nova revisão, que ocorrerá com periodicidade mínima anual ou sempre que houver mudança relevante no ambiente de risco ou na regulamentação aplicável.